



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e treze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO DOIS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E CATORZE (INCLUINDO O QUADRO E MOVIMENTO DE PESSOAL), NOS TERMOS DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E SETE DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO TRÊS - APRECIACÃO, E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AOS CONTRATOS CUJA DESPESA ESTEJA PREVISTA NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO DOIS MIL E CATORZE A DOIS MIL E DEZASSEIS E ORÇAMENTO. (LEI NÚMERO OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO). ---

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Manuel Bastos Martins; Helena Maria Martinho Lopes Cláudio; Alfredo da Silva Trindade; João Miguel Gonçalves Lopes; José Manuel Coutinho Lopes; Gustavo Gaudêncio da Costa; Rui Manuel de Oliveira Pinto Pires; Maria Antonieta Rodrigues Grazina de Loureiro Oliveira; António Manuel da Cruz Martins; Eduardo Fernando Alagoa A. Rodrigues; Manuel Virgínia Lourenço; José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes; Domingos Manuel Monteiro Martins; Carla Marina Sousa de Jesus Silva; Pedro Jorge Lourenço Marques Pereira; Maria José Carvalho Marques Cardoso; João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Manuel de Deus Catalão (Presidente da Junta de Almeirim); Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro (Presidente de Junta da Raposa); Cândida Isabel Conceição Lopes (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor Pedro Miguel César Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal); Paulo Vladimiro Santana Caetano (Vice-presidente), Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Vereador), Eurico Manuel Lopes Henriques (Vereador), Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (Vereadora) e Manuel Sebastião Duarte Lopes (Vereador). -----

Registo de faltas dos membros da Assembleia: Maria José Duarte Serôdio Dias e Mário Rui de Oliveira Branco. -----

----- Sendo vinte e uma horas e dez minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão ordinária de trinta de Dezembro de dois mil e treze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Boa noite a todo o Executivo Municipal, Deputados Municipais e público presente. Verifico que existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de trinta de Dezembro de dois mil e Treze. -----

Estão presentes vinte e três, dos vinte e cinco membros que compõem esta assembleia.

-----Ou seja, dezasseis elementos do Grupo do PS, três do Grupo da CDU, três do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e um do Grupo Zé Gome. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Começamos por apreciar e votar a acta da sessão anterior. -----

----- * **Votação da acta da sessão extraordinária do mês de Novembro de dois mil e treze.** Aprovada com vinte e dois votos a favor, quinze do grupo do PS, três do



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

grupo da CDU, três do grupo AMAR A TERRA - PPD/PSD.CDS-PP.MPT e um do Movimento Zé Gomes. Uma abstenção do grupo do PS. -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

Foi recebida entre a última sessão extraordinária da Assembleia, datada de vinte e dois de Novembro de dois mil e treze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Ofício a enviar CD com o orçamento, grandes opções do plano e mapa de pessoal para dois mil e catorze. -----

MUNICIPALISTA; Ofício/convite para visitar o Salão Bial de Equipamentos e Serviços que se realiza em Espanha. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício com assuntos a incluir na sessão ordinária da Assembleia Municipal do mês de Dezembro, -----

NERSANT – Ofício a enviar convite para a cerimónia de entrega do Galardão Empresa do Ano dois mil e onze. -----

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Ofício a solicitar a actualização de dados dos associados. -----

Pedidos de Suspensão de Mandato – Ofício de Francisco Manuel Maurício do Rosário (MICA), a solicitar a suspensão de mandato por um período de seis meses. -----

Justificação de Faltas à sessão ordinária de vinte e oito de Junho: Ofício de Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro (PS) a solicitar a justificação de falta à sessão ordinária de Dezembro; Ofício de Maria José Dias (MICA) a solicitar a justificação de falta à sessão de Dezembro. Ofício de Mário Rui de Oliveira Branco, a solicitar justificação de falta à sessão de Dezembro. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar aos assuntos de interesse municipal. -----

Não havendo inscrições, vamos passar a apreciar, as recomendações, moções e votos de pesar. -----

Pelo Grupo da CDU foram apresentadas à Mesa da Assembleia, três moções. -----

-----MOÇÃO-----

-----“Sobre a proposta de Orçamento de Estado para dois mil e catorze”-----

JOSÉ COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» Boa noite, novamente. -----

a) Conjugado com a nova Lei das Finanças Locais dele indissociável, acentua ainda mais redução da participação das autarquias nos recursos do Estado, redução esta



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

brutal e absolutamente desproporcionada; -----

b) Reforça as medidas de tutela e de ingerência na gestão autárquica aprofundando o ataque à autonomia do Poder Local; -----

c) Prossegue e aprofunda a degradação dos rendimentos, das condições de trabalho e das prestações sociais dos trabalhadores das autarquias no quadro do violento ataque continuado aos trabalhadores da função pública ao serviço público e ao regime democrático tal como o caracteriza a Constituição da República; -----

d) Induz estagnação e degrada as condições de desenvolvimento de actividades económicas, contribuindo para o empobrecimento do concelho e para o empobrecimento da população; -----

e) Visa limitar ou até negar direitos fundamentais como o acesso à saúde, à educação ou à protecção social; -----

f) Se constitui como um factor de aumento da exploração dos trabalhadores, da redução dos rendimentos dos reformados e de empobrecimento das famílias e ruína das PME's em benefício e protecção dos interesses dos grupos económicos e capital financeiro. ----

A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em trinta de Dezembro de dois mil e treze, delibera: -----

UM - Repudiar o esbulho dos recursos que o Estado deve colocar à disposição das autarquias com vista à manutenção e melhoria das condições de vida em comunidade das populações nos domínios das competências exclusiva ou dominante dos seus órgãos; -----

DOIS - Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores das autarquias e, igualmente, para com todos os trabalhadores da administração pública, trabalhadores em geral, em especial para com os que perderam os seus empregos, reformados e pensionistas, cujas condições de vida e de trabalho se vêm progressivamente degradando e este Orçamento agrava; -----

TRÊS - Reclamar medidas e políticas que desagrem a asfixia a que vêm sendo condenadas o micro, pequenas e médias empresas e os pequenos agricultores e camponeses, possibilitem e estimulem o crescimento económico e o desenvolvimento em geral; -----

QUATRO - Exigir o fim do ataque ao serviço público, da delapidação dos recursos e do património público, particularmente através da política ruinosa de privatização de tudo o que é público e rentável, como a água e saneamento, os resíduos sólidos urbanos, a ANA ou os CTT, entre outras empresas. -----

A presente moção, a ser aprovada, deve ser remetida ao Ministério das Finanças, Primeiro-ministro, Assembleia da República e seus Grupos Parlamentares. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Sobre esta matéria gostaria de dizer o seguinte; parece que a política é sempre feita sobre duas perspectivas. Uma, é aquela que tem por base as reivindicações dos agentes políticos, e outra é feita com base em propostas, e estas devem constar neste documento. Todos nós sabemos que os tempos que hoje em dia passamos em Portugal são de dificuldade extrema para as famílias, mas também para a acção Governativa. Hoje em dia é muito complicado governar Portugal, sobretudo no estado calamitoso em que as contas públicas se encontram. Portanto, gostava só de dizer ao senhor deputado, que numa oportunidade que tenha, apresente também as propostas e não apenas as reivindicações. -----

----- * **Votação da Moção Sobre a proposta de Orçamento de Estado para dois mil e catorze.** - Aprovado por maioria com dezanove votos a favor, quinze do Grupo do PS, três do Grupo da CDU e um do Grupo Zé Gomes. Três votos contra do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e uma abstenção do Grupo do PS. ---

-----MOÇÃO-----

-----“Em defesa da água pública”-----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) » » Considerando que a água é um bem essencial à vida como o conhecemos, é um recurso natural e escasso, que sendo um direito não poderá ser recusado a ninguém, e deve por isso ser gerida para garantir a sua preservação, acesso e eficácia da sua distribuição; -----

Considerando que o fornecimento de água para consumo deve obedecer a critérios rigorosos de controlo de qualidade para salvaguarda das populações, assim como a sua gestão deve ser pública, como garantia que este seja acessível a todos, a preços socialmente juntos; -----

Considerando que o Poder Local Democrático veio permitir democratizar e generalizar o acesso aos serviços públicos essenciais, normalmente a água e o saneamento, direitos humanos fundamentais consagrados pelas Nações Unidas, que devem ser disponibilizados a todos os cidadãos independentemente da sua condição económica e localização geográfica, motivos pelos quais se deve manter a sua gestão pública, assegurada por empresas de natureza pública e cuja actuação seja pautada por princípios de igualdade, justiça, solidariedade, coesão social e territorial e sustentabilidade ambiental. -----

Considerando que Almeirim integra, conjuntamente com mais seis municípios, a empresa Águas do Ribatejo, constituída apenas com capitais públicos das autarquias e cuja missão é assegurar o abastecimento de água e saneamento às populações, estando o município representado através do Senhor Presidente da Câmara, como o presidente da Assembleia Geral; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Considerando que na tomada de posse dos novos órgãos sociais da empresa, a trinta e um de Outubro deste ano, foi referido que apesar dos estatutos da empresa ainda preverem a alinação a capital privado, os actuais accionistas consideram que a empresa deve ser exclusivamente detida pelos municípios, tendo o Senho Presidente da Câmara de Almeirim defendido a mesma posição e recordou a sugestão anteriormente sustentada pela blindagem dos estatutos; -----

A assembleia Municipal de Almeirim, reunida a trinta de Dezembro de dois mil e treze, defende que é necessário garantir a gestão pública da água, reafirmando a necessidade de assegurar o impedimento da privatização do sistema intermunicipal ao qual está associado, através da alteração dos seus estatutos. -----

A presente moção, a ser aprovada, deve ser remetida às assembleias Municipais dos com concelhos que integram as Águas do Ribatejo, assim como ao seu concelho de administração. -----

----- * **Votação da Moção Sobre a defesa da água pública.** - Aprovado por maioria com vinte votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo da CDU e um do Grupo Zé Gomes. Três abstenções do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT). -----

-----MOÇÃO-----

-----“Acerca do possível encerramento de balcões dos Serviços de Finanças”-----

MARIA JOSÉ CARDOSO (Grupo da CDU) »» Considerando que o memorando de entendimento com a troika estrangeira, subscrito por PS, PSD e CDS, prevê o encerramento de cerca de metade dos balcões dos Serviços de Finanças. -----

Considerando que na 6ª avaliação deste programa foi acordada a extinção das repartições, com o prazo de Junho de dois mil e catorze. -----

Considerando o alerta lançado pelo sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, que resulta do cruzamento das necessidades de serviço com o pessoal existente em cada repartição, que prevê que no distrito de Santarém serão encerrados nove balcões, nomeadamente Alpiarça, Chamusca, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Rio Maior e Sardoal. -----

Considerando que desta lista, o conselho de Alpiarça, assim como partes dos conselhos da Chamusca e de Coruche, ficarão com Almeirim como o balcão mais próximo, dirigindo-se naturalmente os seus cidadãos a este para tratar dos seus assuntos. -----

Tendo assim em conta que este é um problema que afeta todos os concelhos, e não apenas aqueles onde balcões serão encerrados, pois as repartições que continuarem abertas, terão naturalmente de passar a receber os cidadãos que estavam afectos aos balcões que encerrem. Considerando ainda que actualmente há balcões que já têm



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

dificuldades de funcionamento, do ponto de vista logístico e humano, e que estes encerramentos apenas os irão agravar. -----

Considerando que, apesar de todas as facilidades dadas pelo portal online, há serviços que apenas são prestados presencialmente, assim como será de ter em conta que a maioria dos utentes que não utilizam o portal online serão precisamente aqueles que mais dificuldade terão em deslocar-se aos balcões mais longe de sua casa, nomeadamente os idosos. -----

A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida a trinta de Dezembro de dois mil e treze, delibera repudiar o eventual encerramento de balcões de finanças no Distrito de Santarém, em mais um ataque perpetrado por este governo aos serviços públicos de qualidade e proximidade. -----

A presente moção, a ser aprovada, deve ser remetida a todas as Assembleias Municipais do distrito, assim como ao Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, Ministério das Finanças, Primeiro-ministro, Assembleia da República e seus Grupos Parlamentares. -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite a todos. A CDU resolveu brindar a assembleia com três Moções relativas ao País. -----

Relativamente a esta última Moção, há aqui duas partes em particular que gostaríamos de frisar. A primeira é que no dia sete de Junho de dois mil e onze, logo no primeiro acordo firmado com a TROIKA, que até já foi referido na última Assembleia Municipal. Numa tradução simples, Diz que “a estrutura vai retirar balcões locais, fechando pelo menos vinte por cento de cada um dois mil e onze e dois mil e doze”. Logo, no plano inicial, havia esta opção de encerrar alguns balcões de Finanças. Pessoalmente e penso que em nome dos partidos que representam esta coligação, acabar com serviços de proximidade não é propriamente aquilo que mais agrada. Temos é de ter condições para os cidadãos que não possuem equipamentos e conhecimentos informáticos continuem a poder aceder aos balcões de serviços. -----

Este, para nós é o segundo ponto importante desta Moção, se este assunto sempre vai avançar, e de que forma. -----

Deste modo, neste momento e muito prematuro para este grupo dizer se somos favoráveis ou contra esta Moção. -----

GUSTAVO COSTA (Grupo do PS) »» Boa noite. O Partido Socialista, assinou o memorando de atendimento da TROIKA, no qual faz parte a extinção de cerca de vinte por cento das repartições de finanças. No entanto, nós discordamos. Não é pelo facto de ter sido assinado pelo PS, que nós passaremos a concordar com o assinado. Isto



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

para dizer, que nós somos contra ao encerramento de serviços que estão junto das populações para servirem os interesses dos mesmos. -----

Não concordamos que estes serviços fechem e deixem os cidadãos com mais dificuldades. -----

Por essa razão, iremos votar a favor da Moção. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) » » Gostaria de dizer ao Senhor Deputado João Lopes, que apesar de ainda não estar concretizado o encerramento dos serviços de finanças, a Moção, refere “o possível encerramento de balcões...”. Isto para dizer, que é necessário começar a ter uma posição sobre estes temas. Não encontro utilidade em posições, depois das decisões serem tomadas. Pelo que é perfeitamente legítimo a apresentação desta Moção. -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) » » Relativamente a esta Moção, se ela fosse uma coisa genérica que dissesse que queremos serviços de proximidade em vez de encerramentos de finanças, nós até estávamos dispostos a sobrescrever-las, mas o que aqui está tem muita componente política. -----

----- * **Votação da Moção acerca do possível encerramento de balcões dos Serviços de Finanças** - Aprovado por maioria com dezoito votos a favor, catorze do Grupo do PS, três do Grupo da CDU e um do Grupo Zé Gomes. Cinco abstenções, duas do Grupo do PS e três do Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT). -----

-----RECOMENDAÇÃO-----

Sendo dois mil e catorze o ano em que se comemoram os quarenta anos do 25 de Abril, a Assembleia Municipal de Almeirim, reunida ao trinta dias de Dezembro de dois mil e treze, recomenda que o Executivo promova um conjunto de iniciativas com a dignidade que esta comemoração merece. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Sobre esta recomendação, pedia a cada um dos Grupos Políticos que se pronunciassem sobre o assunto. -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) » » A nossa bancada está disponível para sobrescrever a recomendação. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) » » O Grupo da CDU está igualmente disponível para sobrescrever a Moção apresentada pelo Grupo do PS. -----

GUSTAVO COSTA (Grupo do PS) » » Agradecemos a disponibilidade dos grupos para a subscrição da recomendação. -----

JOSÉ SOUSA GOMES (Grupo Zé Gomes) » » Concordo com a proposta e, aproveito para fazer uma sugestão, que se criasse uma Comissão no âmbito da Assembleia que



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

em conjunto com o Executivo, pudesse pensar em comemorações em que tivessem o acordo da assembleia e o executivo. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Aceito a sugestão, e até aproveito para fazer uma outra, tendo por base a proposta do Deputado Sousa Gomes. Que pudesse ser a Comissão de Representantes, onde estão presentes todos os Grupos de Deputados Municipais, que pudesse manter o diálogo entre o Executivo na realização do programa das comemorações. Se todos estiverem de acordo, será a Comissão de Representantes a resolver este assunto. -----

Passamos agora à apreciação de dois votos de pesar. -----

-----VOTO DE PESAR-----

No passado dia vinte e sete de Dezembro, faleceu Delfim de Oliveira Ribeiro, funcionário da Câmara Municipal de Almeirim, foi motorista, mais de duas décadas e, é nestes serviços que eu como autarca e colega, distingo O Delfim, porque era competente, amigo do amigo. Foram muitos os serviços que prestou ao Concelho de Almeirim, e por isso; -----

Recordamos então, neste voto de pesar um homem que dedicou uma parte do seu tempo a causas desportivas, fazendo parte da Associação 20Km de Almeirim e de causas humanitárias como foi o caso dos Bombeiros Voluntários de Almeirim. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em sessão ordinária a trinta de Dezembro de dois mil e treze aprova, por proposta da Presidente de Junta de Benfica do Ribatejo, o presente Voto de Pesar, concedendo um minuto de silêncio em homenagem à pessoa de Delfim de Oliveira Ribeiro e endereçando, à família enlutada, as suas condolências. -----

----- * **Votação do voto de Pesar a Delfim de Oliveira Ribeiro** - Aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio. -----

-----VOTO DE PESAR-----

CARLOS MOTA (Grupo do PS) »» Pelo falecimento do Nelson Mandela, dezoito de Julho de mil novecentos e dezoito a cinco de Dezembro de dois mil e treze; noventa e cinco anos de vida do homem que mudou o Mundo. -----

Nascido numa pequena aldeia do interior, aos vinte e três anos seguiu para a capital Joanesburgo onde iniciou uma actuação política, passando do interior rural para uma vida rebelde na faculdade. – Advogado e líder da resistência não-violenta da juventude em luta, acabou como réu num infame julgamento por traição; foragido da política e o prisioneiro mais famoso do mundo, após o qual veio a tornar-se o político mais galardoado em vida; responsável pela refundação do seu país em moldes de aceitar uma sociedade multirracial. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Presidente da África do Sul de mil novecentos e noventa e quatro a mil novecentos e noventa e nove foi considerado como o mais importante líder da África Negra, ganhador do Prémio Nobel da Paz e pai da pátria da moderna nação Sul-Africana. -----

Até dois mil e nove, havia dedicado sessenta e sete anos da sua vida à causa que defendeu como advogado dos direitos humanos e pela qual se tornou prisioneiro de um regime de segregação racial, até ser eleito o primeiro presidente da África do sul livre, razão pela qual uma sua homenagem, a Organização das Nações Unidas instituiu o dia internacional – Nelson Mandela – no dia do seu nascimento, como forma de valorizar em todo o mundo a luta pela liberdade, pela justiça e pela democracia. -----

A Assembleia Municipal de Almeirim, em sessão de trinta de Dezembro de dois mil e treze, curva-se em memória deste homem que ficará como marco indelével na história da sua Pátria e do Mundo; cumprindo um minuto de silêncio. -----

----- * **Votação do voto de Pesar a Nelson Mandela** - Aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Pergunto ao executivo, em particular ao Senhor Presidente da Câmara se pretende fazer alguma introdução a este ponto? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite. Reservo a minha intervenção para as perguntas que eventualmente possam surgir. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a discussão e apreciação deste ponto. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Procedemos à apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade municipal . Esta informação merece-nos alguns comentários, nomeadamente: -----

Constatamos que foi actualizado o Plano Anual de Transportes. Este tema do Plano já havia sido questionado pela CDU que alertou para a sua falta numa sessão da Assembleia Municipal em Abril. Em Junho foi apresentado e aprovado um Plano Anual de Transportes, em reunião do Executivo. O passo seguinte que seria a sua aprovação em Sessão da Assembleia Municipal, nunca aconteceu. Ora este procedimento



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

encontra-se previsto na alínea h) do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro de dois mil e treze. -----

Gostaríamos de ser informados do porquê deste procedimento e quando é que o Senhor Presidente da Câmara prevê apresentar o referido Plano a esta Assembleia. ----

Registamos e valorizamos que esteja em elaboração o conjunto de normas para a cedência dos transportes municipais. -----

Sugerimos que este tipo de comunicação, para alguns casos, seja mais detalhado e com informação mais esclarecedora, por forma a permitir uma melhor percepção do resultado da actividade municipal. Não se pretende contabilizar as reuniões e iniciativas onde a Câmara de Almeirim esteve presente mas termos mais alguma informação do que daí resultou mesmo que de forma sumária. -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite a toda a Assembleia e a todos os presentes. -----

Em primeiro lugar, e sendo alguns elementos do executivo, os mesmos que já aqui estavam de mandatos anteriores, não podemos deixar de notara as melhoras que houve na apresentação desta informação escrita. Está mais dentro do espírito do que é a Lei, e portanto, nesse aspecto é um ponto positivo, pois permite-nos saber melhor quais são as actividades efectivas do município. O outro ponto tem a ver com os processos judiciais. Pela primeira vez em oito anos, aparece uma lista dos processos judiciais pendentes, pois dá para ter uma ideia dos processos que existem, embora esteja em falta a informação sobre a sua fase e estado. -----

No futuro, gostaríamos que esta observação que fazemos fosse melhorada. -----

Sobre as empresas participadas, achamos que deviam ser entregues as contas das participadas, dando apenas um exemplo do ponto de vista pratico, e que se relaciona com o orçamento e com aquilo que se propõem a fazer. Neste momento não é totalmente dissociável a CIMLT do Município. Como estou eleito na CIMLT, tive acesso às contas, mas não é assim a forma correcta, no nosso entender, que os membros desta Assembleia deviam ter acesso às contas. A proposta da CIMLT foi aprovada no dia dezoito, quando foi distribuído o CD com contas do Município, já lá podia constar essa informação, sem quem com isso a autarquia tivesse que gastar mais dinheiro com isso. -----

Seria importante que nós tivéssemos acesso tanto à parte do orçamento como à parte das contas por via digital simples. Depois, queremos referir que estas contas, a vinte de Dezembro, e estando o ano quase encerrado, que vemos com alguma preocupação o que está aqui espelhado, relativamente às despesas correntes. As despesas correntes excedem em setecentos mil euros. Esta situação é algo que nos deixa preocupados.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Porque estas despesas que são de funcionamento normal do município excedem em muito aquilo que são as receitas da autarquia. Isso pode e tem vindo a indicar ao longo destes anos uma situação de deficit corrente que não deveria existir. -----

Relativamente à execução das despesas de capital, temos um valor de execução de cerca de setenta por cento, um valor muito acima do que era apresentado noutros anos no município de Almeirim, isto porque foi feito algum esforço para dar ao orçamento um cunho verdadeiramente realista e isso notasse na percentagem de execução, que em nosso entender avanço de forma bastante positiva. -----

SOUSA GOMES (Grupo Zé Gomes) » » Pedi a palavra sobretudo porque muito destes documentos apresentados hoje nesta Assembleia são da minha responsabilidade, visto que dizem respeito ao ano que está agora a terminar. Há aqui duas verbas que gostava de chamar à atenção, porque nós sabemos, até pela comunicação social que a generalidade dos municípios estão a viver situações extremamente difíceis. Há aqui duas linhas que gostava de referir que contrariam completamente aquilo que se passa com os outros. Verbas do QREN a receber, oitocentos e cinquenta e oito mil euros. Dívida total a fornecedores e outras entidades não financeiras, cento e trinta e oito mil euros. Quero isto dizer que há aqui um superavit apreciável. Quero também isto dizer que a gestão não foi assim tão má. -----

GUSTAVO COSTA (Grupo do PS) » » Eu, antes de mais quero congratular-me pelo trabalho aqui apresentado e é bom não esquecer que o executivo está em funcionamento, está portanto, em exercício á dois meses e meio, pouco mais ou menos e a olharmos para este momento ficamos que muito já foi feito em tao pouco tempo. No entanto queria aqui referir em especial aqui a parte da cultura, em que, nota-se que por um pequeno evento que aqui houve, um pequeno grande evento, que de alguma forma o paradigma sobre o que é que é a cultura em Almeirim parece que felizmente que esta também a melhorar para melhor, refiro-me ao master clássico de canto lírico que aconteceu aqui no município e que teve o seu epílogo nos dias dezoito com a gala de ópera e no dia vinte e um com a gala de Natal. Se alguém daqui não assistiu a qualquer destes espectáculos, eu o que tenho a dizer é que perderam grandes espectáculos, foi muito agradável, foi mesmo reconfortante verificar o entusiasmo com que as pessoas que quase encheram o cineteatro assistiram a estes espectáculos. Isto talvez tenha sido inesperado para alguns que pensarão que os almeirinsenses não estão receptivos a este tipo de espectáculos, e isto veio provar, pelo contrário, estão receptivos a este tipo de espectáculo, a este tipo de cultura, e quem fala do canto pode falar da música instrumental, pode falar do teatro. Portanto, dentro das condicionantes, temos sempre que falar nelas, das condicionantes financeiras e económicas que o município tem, eu



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

congratulo-me com este tipo de espectáculos e passava já a fazer uma pergunta ao Presidente, se isto foi algo que aconteceu por acaso ou se é para ter continuidade, se eventos destes estão nos planos da camara continua-los e também se alguma ideia de descentralizar estas actividades para as juntas de freguesia. Portanto, quis referenciar com especial agrado este espectáculo que acho que o executivo começa a trabalhar e felizmente começa a fazer coisas que aparentemente parece que não são muito importantes, mas são muito importantes porque é assim que se conquista um público, é assim que se ensina o que é a cultura. E que não é só para os mais velhos mas também para os mais novos. -----

Agora há aqui outro aspecto que não tem a ver com desporto mas tem aqui a ver com uma referência e peço aqui desculpa. Que á um pagina que referencia as associações, federações, municípios e empresas que a camara faz parte. Eu estava a ler esta pagina e lembro-me que durante a campanha eleitoral e mesmo depois das eleições, ouvir por ai alguns comentaristas dizerem que com este executivo e com estes resultados que a camara, que Almeirim estava condenado a perder importância, a perder protagonismo e relevância no contexto regional, portanto, que Almeirim ia perder importância e quando nos vimos aqui que a RESIUR é presidida pelo Presidente da Câmara de Almeirim, a ECOLEZÍRIA é presidida também pelo presidente da Camara Municipal de Almeirim, a CIMLT é também presidida pelo presidente da Câmara Municipal de Almeirim que as Águas do Ribatejo o Presidente da Câmara Municipal de Almeirim é o presidente da assembleia geral, entre outras, eu pergunto, afinal esta a perder relevância e importância no contexto regional? Parece-me que não, acho que é tempo de os mensageiros da desgraça começarem a rever aquilo que disseram porque afinal Almeirim não perdeu importância estratégica nem relevância, pelo contrário, esta a reafirma-la e possivelmente esta a aumentá-la. -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Pedi a palavra para dar aqui dois esclarecimentos até na sequência daquilo que disse agora o deputado José Sousa Gomes relativamente às contas do município. As verbas do CRENE que estão por receber, se forem à última página vão ver que ela está bem espelhada numa linha que é a linha com o número dez, que tem a ver com as transferências de capital, ou seja, a verba estará por receber mas ela não implica relativamente ao tal défice corrente, portanto falta ainda receber os tais oitocentos e tal mil que estão aqui referidos, mas isto é uma receita de capital que tem a ver com os investimentos. Quanto às dívidas totais a fornecedores e entidades não financeiras, permita-me fazer uma confissão, nós não referimos este valor aqui tão baixo porque como nos lembramos de um caso que houve com o seu presidente que algumas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

peessoas não teriam tido o melhor comportamento relativamente às contas e que toda a responsabilidade com as contas não estaria espelhada nós não temos considerado muito este número por causa disso esperamos que ele esteja correto mas de fato a partir desse momento perdemos alguma da confiança relativamente a esse número. Não temos dúvida relativamente à sua boa vontade e a tudo o que tentou fazer para resolver esse problema que lhe apareceu durante o seu mandato e que certamente não esperaria que ele acontecesse tal como acabou por fazer até uma execução muito acima do normal com setenta e um por cento. Muito obrigado. -----

SOUSA GOMES (Grupo Zé Gomes) »» Vou fazer uma referencia a esta intervenção do senhor Deputado João Lopes, e pedia ao Senhor Presidente que confirmasse aquilo que vou dizer, porque porventura posso cometer algum erro sem querer. Nestas verbas que estão por receber do QREN, são verbas que a Câmara entretanto já adiantou e já pagou a empreiteiros que entretanto as executaram. Portanto, estas verbas que vão ser recebidas do QREN vão poder ser utilizadas pela tesouraria da autarquia. -----

DOMINGOS MARTINS (Grupo do PS) »» Boa noite a todos presentes. É agradável verificar que esta informação escrita tem alterações significativas, nomeadamente, informação mais detalhada. No entanto, gostaria de fazer um pequeno reparo, que é relativo às obras municipais. Verifico que falta a referencia a algumas obras nomeadamente as que estão a decorrer junto ao pavilhão de Benfica do Ribatejo, igualmente não há referencia à construção do refeitório da Escola Moinho Vento e também a pavimentação da Estrada do Vale Peixe. -----

Aproveito, para perguntar se relativamente à Estrada do Vale Peixe, se a mesma foi comparticipada? Saber também se os custos são suportados pela Câmara de Alpiarça?-

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Boa noite. Gostaria de me congratular sobre o acordo que foi conseguido relativamente à construção das instalações da Base dos Canarinhos para a Protecção Civil em Almeirim. -----

SOUSA GOMES (Grupo Zé Gomes) »» Relativamente à Estrada do Vale Peixe. A asfaltagem foi feita por nós, simplesmente fizemos um acordo com a Câmara Municipal de Alpiarça, em que eles pagariam parte das massas asfálticas, porque em muitas outras obras eles nos emprestaram um cilindro com características que nós não temos. Houve aqui uma permuta no sentido de asfaltar aquele troço. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao senhor Presidente da Câmara para que preste os esclarecimentos que entender sobre o primeiro ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em relação à questão do plano de transportes a indicação que temos é que não é necessário vir à Assembleia Municipal. Se assim não for, o mesmo virá na próxima sessão deste órgão. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Em relação às observações do deputado João Lopes, reconheço que há aqui uma falta da minha parte. Em relação às questões das participadas, como a CIMLT, ECOLEZIRIA...aquilo que virá na próxima informação escrita são a referência aos respectivos sites das entidades participadas, isto porque é obrigatório a sua publicação, e deste modo não corremos o risco de faltar algum assunto. Nas páginas electrónicas destas entidades estão publicadas as contas e as actas de tudo. -----

Em relação às contas, gostaria de prestar uma pequena informação. O valor correcto das dívidas a fornecedores, não são os cento e trinta e oito mil euros. No dia de hoje, o valor da dívida é de noventa e um mil euros. -----

Se a nossa gestão fosse assim tão má nas palavras do deputado João Lopes, seríamos piores que a Grécia, e dessa maneira, já tínhamos fechado a autarquia uma serie de vezes. -----

Como o Senhor sabe, cada vez mais os municípios vão ter deficits. -----

Quero eu dizer, que neste momento o que temos de fazer é manter as infra-estruturas que estão feitas. Para dizer, que no final, o que desejo, é ter a contas equilibradas. -----

Sobre os valores a receber do QREN, faltarão ainda receber cerca de mais vinte mil euros a acrescentar ao valor referido pelo Senhor Deputado Sousa Gomes. -----

Sobre a Gala que o senhor Deputado Gustavo Costa referiu, acordos destes vou gostar muito de fazer. Para nós município, os custos, foi a cedência da sala, a afinação do piano e o transporte. -----

Em relação à Estrada do Vale Peixe, a obra começou ainda antes da tomada de posse deste Executivo. Depois disso, houve apenas um acerto com a Câmara de Alpiarça, que se resume a que o custo do material é dividido pelos dois municípios, e em permuta trocamos o cilindro pela nossa máquina pavimentadora de asfalto betuminoso. -----

Sei que a expectativa das pessoas que a pavimentação fosse mais do que o executado, mas neste momento não é possível e não há possibilidade de fazer candidaturas, porque existem orientações comunitárias para não se aceitarem, nomeadamente para vias rodoviárias. -----

Relativamente à não inclusão de algumas obras, foi de facto um lapso. -----

Em particular, sobre a obra de Benfica do Ribatejo, a mesma sofreu uma reformulação de dotar o ringue polidesportivo, que estava em cimento, com um em sintético, e foi possível fazer essa reformulação junto dos fundos, assim como a questão da pista de atletismo para a qual também foi possível fazer uma reformulação, no sentido de a dotar de outro tipo de condições. -----

Finalmente, sobre a força especial de bombeiros, realmente assinamos um protocolo com a Autoridade Nacional de Protecção Civil, que entretanto foi homologado pelo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Senhor Secretário de Estado Filipe Duque D'Ávila, a quem publicamente queria agradecer pelo trabalho que desenvolveu neste assunto. Resumindo, conseguimos ter esta obra e a terceira força especial de bombeiros em Almeirim, sem que isso nos custe dinheiro. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para o caso de algum Deputado desejar fazer mais alguma pergunta. -----

JOSÉ SOUSA GOMES (Grupo ZÉ GOMES) »» Só por curiosidade, gostava de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente. -----

Num destes dias, li na comunicação social que os Bombeiros iam ter a ampliação das suas instalações, e será bom que possam vir a ter. Agora, o sitio para onde vão ampliar as suas instalações foi conseguida com a cooperativa respectiva ou com a Casa do Povo? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Na noticia não leu nenhuma declaração do Presidente da Câmara de Almeirim. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao ponto dois da Ordem de Trabalhos. -

PONTO DOIS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E CATORZE (INCLUINDO O QUADRO E MOVIMENTO DE PESSOAL), NOS TERMOS DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E SETE DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Quer este ponto como o seguinte, vão ser votados também por minuta. -----

Estão abertas as inscrições para este assunto. -----

JOÃO LOPES (Grupo "AMAR A TERRA" PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente ao ponto dois da Ordem de trabalhos, o nosso Grupo analisou os números e extraiu dai algumas notas e algumas conclusões. -----

Relativamente às receitas, existe uma situação curiosa, verifica-se que existe diminuição relativamente ao orçamento de dois mil e treze faz-se, na parte da receita, essencialmente, à custa de menores estimativas de cobrança de impostos directos em vinte e sete por cento (novecentos e vinte e oito mil euros). Atendendo ao aumento do endividamento do Município nos últimos anos este não irá recorrer a novos créditos. -----
Como se justifica um aumento das receitas Impostos Indirectos em sessenta e dois) Tal resulta de um aumento previsto nos Mercados e Feiras de cento e dez por cento. Quer o executivo duplicar as taxas sobre os feirantes? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Relativamente às receitas correntes e tal como o partido da coligação PPD/PSD tinha alertado no passado o IMT recebido em dois mil e onze incluía uma receita extraordinária e como tal deve reduzir significativamente com o acerto daquela verba. --- Refira-se que ao contrário do anunciado pelo PS no texto que acompanha o Orçamento o Estado Central através do Fundo de Equilíbrio Financeiro aumentou em muito as suas transferências para o Município em trezentos e setenta e quatro mil euros mil euros, ou seja, mais onze por cento. -----

Quanto às receitas de capital, estas são normalmente a realização de receitas de capital a que mais falha as estimativas, nomeadamente a participação em projectos co-financiados. -----

A diminuição do FEF nas receitas de capital tem a ver com o Município ter menos projectos com financiamento pelo Estado. -----

As transferências de capital da Participação comunitária em projectos co-financiados apresentam um aumento de cinquenta e um por cento, isto é, setecentos e quarenta e um euros mil euros. -----

No global as verbas disponíveis pela Administração Central para participações em projectos de investimento do Município aumentam onze por cento, cerca de duzentos e sessenta e cinco mil euros. -----

No que diz respeito ao total das despesas, a componente da despesa, verificamos um congelamento nas Despesas com Pessoal de relativamente às contas de vinte de Dezembro de dois mil e treze. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil euros para quase trezentos funcionários! É de referir que em dois mil e doze a despesa foi de zero euros! -----

Como se justifica que uma Câmara com quase trezentos funcionários contrate cento e noventa e um mil euros de Estudos, pareceres, projectos e consultadoria (rubrica 02.02.14) e duzentos e cinquenta e quatro mil euros de Outros trabalhos especializados (rubrica 02.02.20)? Acreditamos que o investimento na formação e melhor organização interna reduziria substancialmente estas verbas. -----

Das propostas aqui apresentadas, nomeadamente para este Plano de Actividades e para este Orçamento, entre elas, achamos importante, seria criar um programa ou plano económico de apoio às famílias carenciadas, prever uma parceria social entre agricultores e instituições de solidariedade social, de modo a se conseguir aproveitar alguns produtos agrícolas que ficam no campo por falta de possibilidade de serem comercializados, estes serem entregues a estas famílias ou instituições. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Depois, a criação de um Gabinete Municipal de Apoio aos Comerciantes do Concelho, que este Gabinete pudesse dar apoio a todos aqueles que desejem criar a sua empresa. -----

A divulgação de actividades económicas e agrícolas do Concelho. Promoção da redução dos custos de funcionamento do Município, aumentando a sua eficiência, e aqui a formação está incluída. -----

Aumentar a agregação de compras com outros municípios, na semelhança do que se pratica na CIMLT. -----

Disponibilizar novas instalações para o Tribunal. O que temos é claramente insuficiente. Ter um programa de apoio aos seniores carenciados. É importante que exista alguém que faça aquelas pequenas ajudas, pequenas reparações, que no fundo, as IPS não fornecem, conseguir de alguma forma o município trabalhando em rede dar esses mesmo apoio. Por últimos constituir uma sede municipal da juventude. -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» A intenção do voto da CDU neste ponto, onde se faz a apreciação do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o ano de dois mil e catorze, vai no sentido da abstenção. -----

Não votamos a favor, porque este Plano e este Orçamento são por certo diferentes dos que apresentaríamos se fossem elaborados por nós. Esses documentos reflectiriam uma gestão autárquica mais rigorosa. A posição da CDU face a esta matéria não é nova e agora assume maior relevância face às fortes restrições impostas às autarquias. -----

Entendemos que uma gestão rigorosa deve assentar em três vectores: -----

Definição criteriosa das prioridades; -----

Acompanhamento próximo, rigoroso e transparente das obras, desde o projecto, evitando assim ao máximo os famigerados “erros e omissões” e os nefastos “trabalhos a mais” ou a necessidade de execução de obra posterior. Temos como exemplo, a construção de uma cobertura na Escola Charcos, que foi inaugurada há três anos; -----

Manutenção do edificado para evitar que tenham de se proceder a obras de reparação, normalmente dispendiosas. Exemplo o Bar/ Salão de Chá no jardim da zona norte; -----

O respeito por estes princípios, para além de outros, é de elementar justiça para com as populações, que na sua posição de eleitores e contribuintes têm todo o direito a exigir uma boa gestão da coisa pública. -----

Não votamos contra, porque estamos de acordo com alguns dos investimentos e com algumas propostas que constam dos documentos. Também consideramos estarmos no início do mandato de um executivo renovado. Vamos dar o benefício da dúvida. -----

A continuidade da circular urbana e a recuperação da Igreja do Divino Espírito Santo são obras que têm o nosso apoio, assim como todas as que possam contribuir para o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

bem-estar dos almeirinsenses e de quem nos visita, nomeadamente, o arranjo e limpeza dos caminhos e das linhas de água, a conclusão da revisão do PDM e dos Planos de Urbanismo. -----

Há propostas positivas nos capítulos das funções gerais e sociais, no entanto gostaríamos de chamar a atenção para algumas questões: -----

No Plano das Actividades Municipais nas Funções Sociais, a cultura é bafejada por um extenso mas vago plano de iniciativas. Ainda são poucas as actividades concretas programadas. A programação de alguns equipamentos do Concelho como sejam os casos da Biblioteca Municipal, do Cine Teatro e da Galeria Municipal é particularmente vaga. Caracteriza-se essencialmente pela continuação de práticas anteriores onde a inovação está praticamente ausente. Nesta altura já deveria existir um plano concreto de iniciativas e actividades a desenvolver pela Biblioteca Municipal Marquesa do Cadaval, durante o ano de dois mil e catorze. Apesar de dispormos de vários equipamentos no Concelho não se percebe uma estratégia para a Cultura. Dotar o Concelho de equipamentos sem se definir uma estratégia de intervenção suportada em programações concretas, originará um vazio cultural à semelhança do que tem acontecido no passado. É bem verdade que a acção cultural não se esgota numa planificação, mas a quase ausência da mesma trará necessariamente maus resultados. Queremos acreditar que com a intervenção do Senhor Vereador do pelouro, que neste mandato tomou posse, o cenário se alterará. Ficamos a aguardar. -----

No capítulo da Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, vem expresso como objectivo a ligação do Tejo à Vala. Sobre este tema já manifestámos reservas em anteriores assembleias quanto aos seus impactos ambientais. Trata-se de uma obra hidráulica pesada, na prática um mini transvase, e importa avaliar para além do óbvio impacto ambiental a relação do custo/benefício. Esta obra já apareceu em anteriores ocasiões e entendemos que a mesma deverá ser alvo de avaliação mais profunda e acompanhada de documentação esclarecedora. -----

No capítulo do Desporto, Juventude e Tempos Livres, não há qualquer referência à elaboração de regulamento ou regulamentos para atribuição de subsídios e apoios, questão pertinente e que durante a campanha eleitoral o próprio presidente eleito o referiu. -----

No que às Funções Económicas diz respeito, o plano afigurasse-me pobre de iniciativas que possam contribuir para a dinamização da economia local. Não há qualquer linha sobre o Turismo, admito que possa ser lapso, pois no texto inicial que foi distribuído aos vereadores constava um texto sobre o tema. Pensamos que é importante para o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

desenvolvimento do concelho despertar o interesse de quem nos visita e desenvolver esforços para que cada vez mais gente o faça. -----

Temos dúvidas que o Orçamento de dois mil e catorze reflita, com rigor e transparência, a realidade actual do município. No futuro iremos ter oportunidade de avaliar se temos ou não razão. -----

As transferências para as freguesias apresentam valores idênticos aos de dois mil e treze, não havendo portanto intenção do executivo em descentralizar mais competências. Com a aplicação da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze veremos como esta situação vai evoluir. -----

Nas despesas de capital, edifícios, aparece uma verba de um milhão duzentos e setenta mil e trezentos e atribuída a outros que gostaríamos de saber a que se refere. -----

Sobre o Mapa de Pessoal, volta-se a constatar que não há intenção de prover os lugares de chefia previstos. Pensamos que um quadro de pessoal estruturado, possibilitaria mais eficácia e responsabilização e libertaria os membros do executivo municipal de várias tarefas administrativas. Constatamos que o lugar de veterinário continua por preencher. -----

Percebemos que este mapa nos apresenta algumas alterações que entendemos que deveriam ter vindo previamente a esta Assembleia e não já como facto consumado. ----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Eu não consegui reter todos os malabarismos que o deputado João Lopes fez com os números deste orçamento mas eu vou tentar responder porque...oh Senhor deputado, quando começa a dizer que o estado transfere mais dinheiro eu estou não estou nada preocupado em saber qual é a rubrica que me dão mais porque acho que há lá uma que dão mais qualquer coisa, eu estou preocupado é no global, isso é que conta, e no que conta eu tenho menos 145000€ ou 165000€ a menos, isso é que conta, agora o resto de me dizerem nós recebemos de várias...do fundo social municipal, das transferências para capital, para despesas, etc...eu estou preocupado é quando chega ao dia quinze qual é o valor que me cai na conta, isso é que me preocupa. Agora se tiram de um lado, metem no outro se aquilo der resto de zero já não estamos mal mas não dá. Em relação à questão da força especial bombeira e dos cem por cento, a questão é simples, o orçamento quando foi feito, aquilo que era espectável eram os oitenta e cinco por cento e daí ter esse valor, depois será alterado posteriormente. -----

Em relação à formação é um assunto recorrente, já dissemos também e tive oportunidade de dizer durante a assembleia intermunicipal da comunidade



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

intermunicipal da Lezíria do Tejo que uma boa parte da formação é feita pela CIMLT, e em relação também à questão dos projectos e estudos o Senhor pergunta como se gasta dinheiro em projectos mas depois não há obra. Eu não sei se o Senhor deputado sabe como funciona a coisa mas eu explico, nós vamos ter fundos comunitários diz o governo, a partir do segundo semestre do próximo ano. Pessoalmente, atendendo em que o segundo semestre começa em Julho, não acredito que haja fundos comunitários antes de Setembro, ou seja, as aberturas dos avisos. E aquilo que vamos ter a seguir, os avisos naturalmente vão ter algum prazo, o que vamos ter são as candidaturas, e depois das candidaturas as aprovações das candidaturas, portanto eu tenho muitas dúvidas, posso estar enganado mas tenho muitas dúvidas que nós tenhamos aprovações de candidaturas e consequentemente obras em curso durante o ano 2014. Agora o que nós temos de fazer é uma coisa simples, as aberturas quando acontecem, nós já temos de ter os projectos feitos, e portanto temos aqui muito dinheiro para fazer projectos e é muito bom sinal que assim seja porque se abrir a candidatura para o Projecto A nós temos o Projecto A, se abrir para o Projecto B temos o Projecto B, se abirmos para o Projecto C temos o Projecto C. e temos aqui realmente um conjunto de intensões que queremos que possam ser uma realidade. Já agora sobre o quadro técnico da autarquia, deixe-me dizer-lhe o seguinte, o quadro técnico da autarquia tem a ver com pessoas com possibilidades de fazer projectos, dois engenheiros civis, e dois arquitectos, isto, o Senhor pode dizer o que entender, mas é impossível, com o outro trabalho que existe, estas quatro pessoas fazerem projectos, até porque hoje um projecto necessita de um conjunto de especialidades que são especialidades que são cada vez mais específicas e que se a área onde o outsourcing é conveniente é nesta área, porque explique-me lá como é que eu faço, então eu vou contratar gente, para já não posso, primeira questão, não os posso contratar, mas se os pudesse contratar venho contratá-los para eles fazerem os projectos, depois estão cá trinta anos, isto também já foi explicado muita vez mas eu gosto de explicar sempre porque há sempre aqui pessoas novas, e portanto, para não se pensar que isto cai em saco roto. Três virgula quatro por cento do orçamento numa rúbrica geral, Senhor deputado, Três virgula quatro por cento quer dizer que há aqui noventa e seis virgula seis por cento que está perfeitamente definido, portanto, quer dizer, eu não sei como é que o Senhor faz o orçamento lá em casa, mas eu não sei se quando faz o orçamento para o mês consegue só deixar três por cento para coisas uma bocadinho indefinidas que são muito específicas, não sei se mete lá o parquímetro, o café, tudo, quer dizer, é impossível, Três virgula quatro por cento é uma valor mínimo, irrisório, e menos do que isto...enfim. Transferências sociais há aqui um que já foi aprovado, estamos com intensão e foi



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

falado nisso da reunião de câmara de fazermos transferências regulares para associações de apoio social, nomeadamente a Cáritas, a FAQ, a abraçar e a ajudar, em relação a outro tipo de apoios ainda recentemente e dei nota disso hoje na reunião de câmara, os serviços de acção social em colaboração com as juntas de freguesia com escuteiros do concelho distribuíram trezentos e setenta e cinco cabazes com um investimento superior a sete mil euros, e, o Senhor Deputado tem falado aí num conjunto de regulamentos, nós vamos fazer aqui alguns regulamentos mas deixe estar que não é os regulamentos que fazem com que as coisas funcionem melhor ou funcionem pior, acho que são as pessoas e quanto a isso, no final do ano cá estaremos para naturalmente ver o ponto de situação, Também temos aqui verbas para aquisição de terrenos, é verdade, até porque se nós queremos, fazer projectos, fazer obras, há aqui um problema, precisamos dos terrenos, e portanto, aquilo que estamos a fazer, naturalmente é naquilo que são, dou-lhe um caso, se nós quisermos fazer a circular precisamos de ultimar o projecto, precisamos de comprar os terrenos, sem isso pode haver os fundo que quiser, nós não conseguimos naturalmente fazer, a obra. O Senhor falou também de uma rúbrica que ficou em aberto que tem a ver com a questão de uma creche, que por acaso que um dos partidos que faz parte dessa coligação anda a oito ou à doze anos, já não me lembro bem a falar que era importante ter uma creche pública, e portanto, até vamos ao encontro daquilo que são uma pretensão vossa, acontece que segundo aquilo que dizem nos fundos comunitários, a única coisa que pode ser elegível na área da educação é eventualmente as creches, eventualmente, e portanto aquilo que fizemos foi deixar aqui uma verba que sirva caso haja essa possibilidade, caso nós tenhamos o terreno, caso venhamos a entender que é uma possibilidade, que uma verba que à partida chegará e que eventualmente, para fazer ou para iniciar o projecto, em relação às transferências para as freguesias, como sabe a lei, a setenta e três e a setenta e cinco leis que são de Setembro e que já levaram umas três ou quatro emendas, estabelecem algumas transferências directas para as junta, mas são tão boas tão boas tão boas que não há nenhum presidente da junta que as queria e portanto, e como ainda ninguém percebeu bem como vai ser, a lei, uma coisa é garantida, nós, aquilo que transferimos continuaremos a transferir, além disso as juntas de freguesias vão ter fruto dessa lei a totalidade, tinham agora cinquenta por cento do EMI rústico ter-se os cem por cento e vão ter também um por cento do EMI urbano. Claramente que não é um valor que chegue para caso seja necessário fazer um conjunto de transferências ainda ninguém percebeu se são obrigatórias ou não, e portanto estamos nomeadamente ao nível da comunidade intermunicipal a solicitar um conjunto de esclarecimentos à tutela para que saibamos aquilo que devemos fazer.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Ainda mais duas ou três questões, nós temos um corte realmente na despesa de um virgula três milhões de euros, mas não é um virgula três milhões, é um virgula duzentos e dezassete mil milhões de euros e no final do ano dois mil e catorze teremos sete milhões de euros de dividas à banca, e deixe-me dizer-lhe uma coisa, se para algum destes projectos houver a possibilidade e de ir à banca buscar dinheiro, pode ter a certeza que vou, até porque as leis que o seu governo me te feito premeiam aqueles que não cumprem, ou seja, isto se nós formos pagando as dívidas todas, há aí algumas camaras que têm poucas, diga-se, de passagem, que vão ter de por o dinheiro num determinado fundo de solidariedade. Os sete milhões ou oito milhões, neste momento sete milhões e setecentos mil no final do ano sete milhões que devemos é perfeitamente sustentável, porque representam cinco por cento do nosso orçamento mas deixe-me dizer que no exercício que fez, que diz que, esses oitocentos mil euros de encargos dariam para construir várias obras, deixe-me dizer que representam ou representaram a possibilidade de o Senhor ter piscinas, cineteatro, circular urbana, estradas, centros culturais, centros escolares, etc... é que esta coisa de achar que nós conseguimos fazer obra, sem nos endividarmos a divida não é toda má, eu sei que para os librais isto é uma coisa muito complicada de perceber mas a divida não é toda má, o estado tem que fazer dívida para criar condições de fazer dívida para fazer escolas, fazer dívida para fazer estradas, fazer dívida para fazer cineteatros, centros culturais, etc...fazer dívida para criar as condições para que as pessoas tenham melhores condições de vida é importante, agora ela tem de ser sustentável, são cinco por cento do orçamento e portanto não se preocupe com isto, quando falar dos oitocentos mil que eventualmente podiam servir para outras coisas não se esqueça de dizer o que é que ficou por fazer. Por fim as propostas que foram apresentadas pelo vereador da coligação Amar a Terra foram discutidas na reunião de câmara, há uma série de coisas que penso que com outros nomes estão incluídas no orçamento, e nomeadamente algo que te a ver com questão dos comerciantes, aquilo que se pretende é que a câmara incentive isso e que se crie uma associação de comerciantes no sentido de ser mais fácil a todos nós, e nomeadamente aos poderes públicos uma articulação com essa associação de comerciantes. Eu espero que haja uma associação de comerciantes, tenho feito alguma força para isso como também espero que no âmbito da restauração haja uma associação própria que eu acho que também era aqui bastante importante. Por fim em relação à questão do tribunal também soube pela comunicação social que o ministério está a pensar ampliar as instalações e a camara infelizmente não tem disponibilidade financeira para construir um tribunal novo sem qualquer tipo de apoios, até porque para esta matéria de soberania não havia e penso que não continua a haver



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

fundos monetários. Em relação ao deputado Coutinho Lopes duas ou três questões, o orçamento foi iniciado em finais de Novembro princípios de Dezembro, portanto o executivo tinha pouco mais de um mês, há aqui realmente um conjunto de iniciativas na área cultural que ao longo do ano acabarão por se ir desenvolvendo, ainda há pouco tive oportunidade de falar de mais uma, a questão daquilo que tem a ver com as obras e com o facto concreto da cobertura do jardim-de-infância dos jardins dos charcos, eu não sei se é uma falha de projecto, eu acho que quando as coisas são programadas nos temos muitas vezes uma ideia daquilo que se pretende, até porque existe lá uma parte coberta e também há a questão de perceber, há várias questões depois, porque quando o tempo está agradável ninguém quer a cobertura, quando chove ou faz muito calor é que se pede a cobertura e isto não é fácil as vezes gerir estas sensibilidades, acho que eu nessa matéria haverá sempre coisas que vamos fazendo ao longo do tempo porque vamos ficando sempre insatisfeitos e se calhar ainda bem. Em relação há questão do turismo, realmente é um lapso, na primeira versão vinha na segunda houve uma questão que em última análise sou eu que assumo no entanto dizer que a entidade regional do turismo com quem nós nos relacionamos, que neste momento é o Alentejo, cujo presidente é o Ceia da Silva, fez uma visita ainda não a Almeirim mas há comunidade intermunicipal, as pessoas que estavam na antiga região de turismo já estão neste momento no âmbito na comunidade municipal, num espaço que arranjamos, e estou convencido pelas duas ou três conversas que tive que a este nível também vamos ter um relacionamento bastante importante, é uma pessoa bastante dinâmica e penso que eu tinha aqui alguns receios da nossa passagem para o Alentejo, se calhar com outras pessoas os meus receios manter-se-iam mas com esta penso que a coisa tem tendência a correr bem. Por fim a questão da ligação do tejo há vala, aquilo que começou por ser uma questão eventualmente até mais de lazer e desportiva, passou a ser uma questão também com muitas preocupações ambientais, o Sr. deputado fala da questão do mini transvase mas a verdade faz com que se diminua a pressão e ela é bastante, dos furos que estão neste momento a consumir água no subsolo, água essa que é para nós enquanto sociedade, muito mais importante para consumo humano do que propriamente para a questão das regas. Portanto aquilo que se está a tentar em conjugação com a câmara municipal de Alpiarça é que nos próximos fundos possa haver disponibilidade, e vai haver dinheiro para estas questões de associações de regantes e para estes projectos, e são projectos que são aprovados a cem por cento, possa aqui a ver um estudo e é isso que as câmaras vão poder fazer, um pontapé de saída para que depois sejam as várias entidades, nomeadamente aqueles que serão beneficiados por esta matéria a puderem desenvolver a associação.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Portanto no ponto de vista económico e segundo uns estudos que temos nomeadamente aqueles que existem em Vila Franca isto representa menos de cinquenta por cento de custos com a água e para os agricultores é um factor importante para não falar também das questões que tem a falar com roubos, etc, porque também é menos susceptível a isso e do ponto de vista ambiental, eu penso que é preferível haver consumo desta água de superfície que vem do tejo do que continuar com a pressão que temos neste momento ao nível do subsolo. Senhor Presidente, penso que respondi a tudo e espero pela próxima ronda. -----

JOSÉ SOUSA GOMES (Grupo ZÉ GOMES) »» Obrigado Presidente, eu aproveitava para falar sobre uma questão que foi aqui tratada agora com o Sr. Presidente e com uma pergunta que lhe foi lançada, que é o problema do tribunal. O tribunal tem um passado recente que me leva a dizer-vos que neste momento o ministério da justiça está interessado em requalificar o nosso tribunal e amplia-lo até. Portanto, eu fui visitado por um juiz de Évora, Dr. Chambel, por acaso também se chama Chambel , visitei varias instalações aqui na cidade e a opção dele, porque depois vieram técnicos do ministério da justiça para ver as instalações que podiam ser aproveitadas e parece-me ter sido a opção dele , era a ampliação deste nosso tribunal para as instalações do MCPAZ, claro que o Manfredo está deseioso por isso, ele andou de volta de nós para ver se conseguia fazer passar a coisa e enfim, os argumentos dele são muito convincentes e acho que também conseguiu influenciar as pessoas do ministério da justiça , mas eu tenho conhecimento que já adiaram mais de duas vezes técnicos do ministério da justiça para ver a ampliação das instalações para as instalações dele, a intenção fundamental é que há uma nova sala de audiências que poderia eventualmente ficar nos serviços administrativos e mudar os serviços administrativos e arquivo para a ampliação que iriam fazer para o lado do Manfredo. Portanto, estas são as informações que tenho, ao que sei o ministério da justiça continua a fazer contactos para estudar esta ampliação, veremos a que termo é que chegam, não consigo prever isso. Em relação ao documento que estamos a discutir não vou debruçar-me sobre ele mas vou dizer que fico na perspectiva e a rezar para que se possa concretizar a renovação da igreja do divino espirito santo, penso que o divino não me vai virar as costas, até aqui tem virado, porque eu já tentei intervir naquele edifício, mas pode ser que no futuro haja melhor tempo. -----

ALFREDO TRINDADE (Grupo do PS) »» Boa noite a todos os presentes. Começo por me congratular com a construção do edifício sede das forças especiais dos bombeiros, sendo este edifício uma mais-valia para a cidade e para o Concelho, realçando o facto de o mesmo ser a custo zero para a autarquia. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Aproveito a oportunidade para manifestar o meu desagrado, sobre o plano de investimento para o próximo ano, nomeadamente para Benfica do Ribatejo. Verifico um reduzido investimento, nesta freguesia. -----

A pergunta que deixo aqui ao Executivo é a seguinte: Há largos anos que se anda a prometer a construção de uma casa mortuária em Foros de Benfica, neste Plano, não está prevista a sua construção. Pergunto; Não está prevista porquê? Foi deixada cair, porque razão? -----

Perguntar ainda se está nos planos do Executivo fazer alguma coisa no âmbito da habitação social em Benfica do Ribatejo? Visto que é uma das poucas freguesias do Concelho que não tem este tipo de habitação. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Após uma análise aos documentos, verifica-se que há efectivamente uma diminuição da mesma por vários motivos, pela diminuição de transferências, da realidade do País e verbas, mas embora seja um Orçamento de menor dimensão que os anteriores, parece-me que dentro das limitações que temos, parece ser um orçamento bastante equilibrado. Assenta em duas ou três premissas que também são muito relevantes para o Concelho. Assenta na cultura, começa-se a ver a dar passos largos, diferente das orientações anteriores. Na acção social, verifica-se um dinamismo muito superior. -----

O desporto está baseado numa versão mais ambiciosa, espero que a esquipara liderada pelo Vereador Paulo Cetano tem estofos para executar o que ambiciona fazer. --

E, há a construção do quartel da força especial de bombeiros, uma obra em nosso entender importantíssima para todos nós. -----

O projecto das escolas velhas a concretizar-se e tudo indica nesse caminho, será uma importante recuperação, que permitirá a todos, usufruir de um espaço requalificado, que faz falta na cidade. -----

Finalmente, realçar o compasso de espera que a autarquia e as juntas resolveram fazer no sentido da aplicação da Lei das transferências. Espero sinceramente que este compasso traga razão à decisão tomada. -----

Por tudo isto, considero que este orçamento foi bem efectuado, e da minha parte irá merecer o meu voto favorável. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em relação às questões do Tribunal, do ponto de vista oficial, não tenho nenhuma informação. No entanto, vou tendo oficiosamente informação que aponta no sentido de uma possível ampliação se vir a verificar para o edifício ao lado, que é propriedade do Senhor Manfredo Carvalho Paz. -----

Quanto à questão da igreja, também ajudo na reza, mas acho que desta vez vamos conseguir uma primeira parte. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Gostava de explicar este assunto, esta obra é para uma primeira fase, de intervenção no edifício. Não é a intervenção total, que permitirá devolver a entrada principal da capela. -----

Visa também de um conjunto de obras, para que no futuro possa aqui haver uma segunda fase. E nessa altura ter uma utilização total do edifício. -----

Sobre as questões concretas na freguesia de Benfica, o investimento na casa mortuária e um investimento junto ao pavilhão desportivo, em números redondos, serão cerca de duzentos e cinquenta mil euros, que devem ser somados aos sessenta mil que referiu da casa mortuária. -----

Haverá também um conjunto de obras em estradas, que estão a termos globais contabilizadas, isto é, não estão separadas por freguesias. O que posso dizer é que existem um conjunto de arruamentos que necessitam de repavimentação e outras construídas de novo, e nesse sentido, a Senhora Presidente de Junta já fez chegar à Câmara um conjunto de situações que devem ser encaradas como prioridades de intervenção conjunta. -----

Sobre a casa mortuária de Foros de Benfica, efectivamente ela é para construir. Acontece que se tivermos a oportunidade de começar uma ou outra, é óbvio, e simplesmente por uma questão de números, vivem mais pessoas em Benfica do Ribatejo e Cortiços, começaria por essa razão com a construção onde efectivamente há mais população. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dada a importância do assunto, volto a dar a palavra ao Senhor Deputado João Lopes. -----

JOÃO LOPES (Grupo “AMAR A TERRA” PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente ao tema aqui tratado, o orçamento de estado como o Sr. presidente do executivo sabe, tem um conjunto de mapas anexos entre eles as transferências para os municípios, e portanto, é muito simples de verificar que existe um aumento da verba de financiamento corrente para o município, agora as verbas transferidas dos estado central para além deste fundo corrente que no ano passado tinha três milhões quinhentos e trinta e nove mil quatrocentos e vinte euros e este ano tem três milhões novecentos e treze mil quinhentos e quarenta euros, já agora, no orçamento está quarenta e quatro, mas é irrelevante, portanto, relativamente a esta verba existe um claro aumento da mesma depois existe uma verba prevista do FEF para capital que tem a ver com as candidaturas que faz, e obviamente com aquilo que estará disponível, e o fundo social municipal, que esse mantêm-se constante, o IRS como o Senhor sabe varia em função da matéria colectável dos habitantes desse mesmo município, dado que a taxa é a mesma e aí sim tem uma redução, e portanto tem uma redução das transferências no



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

total que é muito compensada e isso eu tinha referido também pelas transferências previstas dos projectos comparticipados em fundos comunitários. O Senhor tem um aumento nas transferências do FEF corrente e depois tem uma diminuição do FEF capital que estava ali espelhada mas que era compensada em muito pelos projectos aos quais o município se estava a candidatar e que tinha apoios dos fundo comunitários. Isso está espelhado, é público, portanto é o que é. Quanto à formação já, anteriormente também tinha referido que parte da formação é feita na CIMLT, ela até pode ser feita na CIMLT, agora isso não significa que a formação que é dada não seja insuficiente independentemente do local. Por exemplo no ano de dois mil e doze do total dos funcionários do município apenas vinte e sete participaram em acções de formação, são onze por cento dos funcionários, portanto, se isto for um esquema rotativo, em cada dez anos deve haver uma acção de formação com um funcionário. Essas mesas acções de formação tiveram todas menos de trinta horas, cada uma delas, o total de horas são trezentos e trinta e sete, ou seja, por cada funcionário da autarquia isto dá uma hora e trinta e nove minutos por funcionário por ano, enfim, é público também, são dados pelo município e tem de ser reportados. E aquilo que nós dizemos e temos dito é que se os funcionários tivessem mais qualificações e formações que lhes poderia também ser entregue mais responsabilidades, obviamente que isso não quer dizer que nós estamos a dizer nem nunca dissemos que queremos acabar com os estudos, pareceres, projectos, e consultoria, como é óbvio, ninguém nunca pôs isso em causa. Agora relativamente aos estudos, pareceres e consultoria não podemos deixar de estranhar que efectivamente no ano dois mil e catorze esteja a prever cento e noventa e um mil euros de gastos em estudos, pareceres e consultoria como as despesas de capital de três milhões trezentos e vinte sete mil euros, ou seja, cinco virgula sete por cento. O Senhor Presidente disse e bem que tem de ter os projectos feitos se abrir a candidatura tem de os entregar, agora o que não é compatível com isto é cento e noventa e um mil euros no ano dois mil e catorze quando em dois mil e onze foram oitenta e sete mil euros para umas despesas de capital de quatro milhões portanto, era com mais despesa feita, com mais investimento gasto teve metade da verba prevista, apenas dois virgula um por cento a relação entre um e outro. E o mesmo aconteceu em dois mil e onze, podemos dizer, ai não foi só em dois mil e doze foi extraordinário, não em dois mil e onze aconteceu a mesma coisa, dois virgula sete por cento, gastou cento e sete mil euros em estudos e teve despesas de capital de três milhões novecentos e dezassete mil euros comparativamente aos três milhões trezentos e vinte sete mil euros que são previstos a verdade é que existe uma duplicação até do próprio rácio dos estudo e despesas de investimento e isso também está nas contas, e isso também é público,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

portanto, isso pode ser confirmado por todas as pessoas. Relativamente às rubricas gerais o Senhor Presidente diz que três virgula quatro por cento não é nada, na percentagem pode não parecer nada mas eu acho que a maioria dos portugueses quatrocentos e sessenta mil euros ainda parece um bocado, e esses quatrocentos e sessenta mil euros podem até não se encaixar nas outras rúbricas mas numa ótica transparente pode sempre abrir subcontas, isto é um principio básico em toda a contabilidade. E tanto é básico que existe aberturas de subcontas se olhar para as contas de diversas freguesias existem subcontas até aqui nas próprias contas do município, portanto, porque é que não se faz para esta verba que são quatrocentos e sessenta mil euros, aliás é mais do que aquilo que está previsto em estudos, projectos e consultoria, é dobro, fazer dívida é bom, bem se for para equipamentos sociais se forem para menos e se trazer desenvolvimento claro que sim mas nunca ninguém disse que é anti dívida, agora é necessário para contrair a dívida, como a dívida é uma assunção de responsabilidades daqui a vinte anos tem de ser qualquer coisa que efectivamente valha a pena, nunca ninguém se manifestou contra dívida desde que a sua finalidade seja boa. Associação de comerciantes, Senhor Presidente do executivo, isto não tem nada a ver com o apoio aos comerciantes e empresas que nós falamos porquê? Porque um apoio de comerciante e empresas tem a ver com fazer por exemplo o projectos, dar apoio para projectos de investimento com apoios para criação para pessoas que quem criar uma empresa, no fundo dar apoio ao empreendedorismo, as pessoas querem criar a sua empresa e não sabem como é que vão orientá-los quase dando uma lista de procedimentos legais, enfim, no fundo é dar apoio para as pessoas terem aos que já existem e para nascerem aqueles que querem ter uma actividade por conta própria, uma associação de comerciante no fundo é uma associação de classe, é uma associação daqueles que já estão abertos e já são comerciantes hoje, eu não sei qual é o apoio que o individuo, enfim, imagine um negocio aqui ao calha, uma perfumaria dará para o outro individuo que tenha ou para dois indivíduos que queiram abrir perfumarias iguais e fazer concorrência. Não é bem isto aquilo que nós tínhamos pensado, alias, não é nada isto daquilo que nós tínhamos pensado, alias até fica a saber que tipicamente as associações até costumam regular, negociar instrumentos de relação coletiva de trabalho, os acordos relativos de trabalho, portanto tipicamente são associações de classe, e não propriamente de apoios para que nós possamos abrir novas empresas, e termino, muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Senhor Deputado João Lopes o senhor faz-me um favor, tem ai o computador ao pé, quando está ai com os mapas com certeza das transferências têm ai os três milhões, mas vá lá a rubrica global, aquela dos cinco



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

milhões, compara lá os cinco milhões, oiça, compare lá os cinco milhões para o ano de dois mil e catorze com a verba de cerca de cinco milhões de dois mil e treze, e depois veja lá se no total não são menos ou cento e quarenta e cinco mil ou cento e sessenta e cinco mil, portanto, a gente pode jogar com os números todos, você pode dizer que o seu patrão lhe aumentou o ordenado, se você tinha outras mas a seguir lhe aumentou um por cento do ordenado e pagava-lhe o dobro em subsidio de almoço e pôs-lhe o subsidio de almoço para metade, o que lhe interessa a si é o que você recebe no final, isso é que conta. E essa historia das despesas de capital serem de acordo com os projectos não sei em que parte é que você andou a ler isso e também gostava de saber o que é que os fundos comunitários têm a ver com esta questão das transferências, é que não têm, é que nos para irmos aos fundos comunitários temos que ter projectos, voltamos ao mesmo, o que vai acontecer em dois mil e catorze é que nos vamos gastar muito, tenho quase a certeza que não vou gastar nenhum em obra e portanto vou gastar provavelmente cem ou duzentos mil euros não interessa em projectos e vou gastar nem 10% disso em obra, já lhe expliquei porque, porque nos vamos ter fundos comunitários no segundo semestre, é aquilo que é a perspectiva do governo, abrir as candidaturas, aprovar as candidaturas, as camaras lançarem os concursos e fazerem os contractos, mandar para visto do tribunal de contas etc etc etc, isto demora tudo meses, e portanto a probabilidade de executar alguma coisa em dois mil e catorze é mínima, agora eu espero naturalmente que se os fundos comunitários forem aquilo que dizem que vão ser, que apesar de tudo as autarquias vão ser muito menos, isto vai haver muito dinheiro para as empresas, resta saber é se as empresas tem condições de utilizar essas verbas, mas isso é outra parte. Portanto o que vai acontecer provavelmente é que daqui a um ano se isto correr tudo bem nos vamos ter muitos mais estudos e projectos e muito mais obra, mas isto é evidente, eu primeiro tenho de fazer os projectos, tenho de comprar os terrenos, porque senão não posso fazer as coisas, portanto dizer que, fazer comparações do que não é comparável eu acho que não é, difícil de explicar, enfim, mas eu tento, eu tento. Em relação aos quatrocentos e sessenta mil euros eu não sei quanto estará num orçamento de estado numa rubrica destas mas há de estar umas centenas ou milhares de milhões, mas obviamente temos de falar á percentagem, porque provavelmente uma junta de freguesia tem cinco por cento numa rubrica destas e os cinco por cento de uma junta de freguesia da raposa ou os cinco por cento da junta de freguesia de Almeirim são diferentes, como os três virgula quatro por cento de Almeirim ou de santarém ou de lisboa adem ser diferentes, o que conta naturalmente nestas coisas tem que ser a percentagem, e portanto nos temos três virgula quatro por cento de orçamento que não está definido, só rubricas gerais, e na maioria dos casos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

não se consegue definir isso, até porque nos quando começamos a especializar de tal maneira depois vamos ter a questão do senhor me estar aqui a perguntar, então mas esta rubrica tem cem, a outra tem cinquenta euros a outra tem duzentos e você bem sabe porque, porque elas na maioria dos casos precisam é de estar abertas, há que pegar por alguma coisa, mas eu fico contente que pegue só por aí, é bom sinal. Quando falei da dívida boa e da dívida má foi só porque o senhor deputado deu o exemplo e deu o exemplo dizendo que os oitocentos mil euros de encargos serviam para A B e C, portanto eu quis só lembrar o que é que isso aconteceu, esses empréstimos serviram para fazer obra, obra que permitiu qualidade de vida, que permitiu desenvolver o concelho e portanto é bom nós não nos esquecermos disso, porque se nos não tivéssemos feito essa dívida qual era o investimento que não tinha acontecido, porque essa dívida serviu basicamente para participações nacionais e essas participações nacionais alavancaram investimentos de sete, oito, nove vezes mais do que aquilo que realmente custaram e isso acho que foi bom para toda a gente, é bom já agora deixar essa questão ressalvada. Em relação aqui aos gabinetes de apoio, eu vou ser muito sincero, eu acho que os gabinetes de apoio, acho que há aí uma série de identidades que fazem isso muito bem e até às associações empresariais, eu acho que a associação de comerciantes poderia fazê-lo, há associações empresariais que o podem fazer e eu acho que a câmara o que tem de fazer é criar as condições para que quem quer investir possa ter os projectos aprovados rapidamente e garantidamente que alguém que aqui venha e já não é a primeira nem segunda nem terceira vez que vêm aqui e precisam de ter projectos nomeadamente que depende das obras, aprovados quase de um dia para o outro, eles são aprovados de um dia para o outro isto é apoio ao investimento e é apoio aos empresários, porque muitas das vezes o que eles não têm porque os bancos dizem, ou você tem cá o papel daqui a dois ou três dias sou já não há financiamento, isto é que é importante para as pessoas, isso fazemos e também fazemos aqueles que querem investir que querem condições e que vêm ter nomeadamente comigo e que dizem quais são as condições que a câmara tem e já lhe disse, nunca ninguém cá veio pedir que lhe desse a ajuda a tratar do papel A B ou C, eu acho que cada um de nós tem de ter as suas competências, acho que existem entidades, algumas supra regionais que fazem isso muito bem com bons resultados e a câmara o que tem de criar é as condições para realmente as pessoas que querem investir, nos possamos de uma forma celebre resolver, e aquilo que não depende de nós e muitas vezes depende da administração central, pode ter a certeza de uma coisa, já fui muita vez a Lisboa, já fui muita vez a Évora com esses investidores com essas pessoas que querem resolver problemas criando as condições de lobby num bom



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sentido para que as coisas corram mais depressa e que possam fazer os investimentos.

E conseguiu-se. -----

----- * **Votação do ponto dois da Ordem de Trabalhos** - Aprovado por maioria e minuta a proposta do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o ano de dois mil e catorze (incluindo o Quadro e Movimento de Pessoal), com dezassete votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, e um do Grupo Zé Gomes. Seis abstenções, três do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e três do Grupo da CDU.. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo "AMAR A TERRA" PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» O Grupo da Coligação "Amar a Terra" PPD/PSD.CDS-PP.MPT na Assembleia Municipal de Almeirim considera que os instrumentos provisionais devem proporcionar aos munícipes informação sobre os objectivos estratégicos, medidas e acções que a Câmara Municipal de Almeirim pretende implementar durante o ano de dois mil e catorze, e que deverão ir ao encontro dos compromissos políticos assumidos perante população.-----

Total das Receitas: -----

A diminuição relativamente ao orçamento de dois mil e treze faz-se, na parte da receita, essencialmente, à custa de menores estimativas de cobrança de impostos directos em vinte e sete por cento (novecentos e vinte e oito mil euros). -----

Atendendo ao aumento do endividamento do Município nos últimos anos este não irá recorrer a novos créditos. -----

Como se justifica um aumento das receitas Impostos Indirectos em sessenta e dois por cento? Tal resulta de um aumento previsto nos Mercados e Feiras de cento e doze por cento. Quer o executivo duplicar as taxas sobre os feirantes? -----

Receitas Correntes: -----

Tal como o partido da coligação PPD/PSD tinha alertado no passado o IMT recebido em dois mil e onze incluía uma receita extraordinária e como tal deve reduzir significativamente com o acerto daquela verba. -----

Refira-se que ao contrário do anunciado pelo PS no texto que acompanha o Orçamento o Estado Central através do Fundo de Equilíbrio Financeiro aumentou em muito as suas transferências para o Município em trezentos e setenta e quatro mil euros mais onze por cento. -----

Receitas de Capital: -----

É normalmente a realização de receitas de capital a que mais falha as estimativas, nomeadamente a participação em projectos co-financiados. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A diminuição do FEF nas receitas de capital tem a ver com o Município ter menos projectos com financiamento pelo Estado. -----

As transferências de capital da Participação comunitária em projectos co-financiados apresentam um aumento de cinquenta e um por cento (setecentos e quarenta e um mil euros). -----

No global as verbas disponíveis pela Administração Central para participações em projectos de investimento do Município aumentam onze por cento (duzentos e sessenta e cinco mil euros mil euros). -----

Total de Despesas: -----

Na componente da despesa, verificamos um congelamento nas Despesas com Pessoal de relativamente às contas de vinte de Dezembro de dois mil e treze. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil euros para quase trezentos funcionários! É de referir que em dois mil e doze a despesa foi de zero euros! -----

Como se justifica que uma Câmara com quase trezentos funcionários contrate cento e noventa e um mil euros de Estudos, pareceres, projectos e consultadoria (rubrica 02.02.14) e duzentos e cinquenta e quatro mil euros de Outros trabalhos especializados (rubrica 02.02.20)? Acreditamos que o investimento na formação e melhor organização interna reduziria substancialmente estas verbas. -----

Aquisição de bens e serviços: -----

Estranhamos que os Estudos, pareceres, projectos e consultadoria aumentem em cento e quatro mil euros (cento e vinte por cento) relativamente às contas de dois mil e doze! Se, como diz o Presidente do Executivo há menos dinheiro para obras, como pode haver mais do dobro do dinheiro para Estudos? Para que obras? -----

Como se pode aceitar que rubricas supostamente residuais como Outros Bens (rubrica 02.01.21) e Outros serviços (rubrica 02.02.25) tenham, em conjunto, um saldo de quatrocentos e sessenta mil euros, três virgula três por cento do total das despesas do orçamento? Que despesas serão estas de valor tão alto que não são mostradas em detalhe? -----

Transferências Correntes: -----

A atribuição de subsídios às instituições sem fins lucrativos, no montante de seiscentos e sessenta e nove mil euros, quatro virgula oito por cento do orçamento, continua a ser feita de forma indiscriminada. Inclusive aumenta dezoito por cento (cento e dois mil euros). É nesta rubrica que se incluem os apoios para instituições sociais, desportivas e recreativas. Que critérios são utilizados? Será que o Executivo da Câmara Municipal de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Almeirim sabe que instituições vão ser atribuídas? Quem nos garante que as instituições abrangidas são as que mais necessitam e as que mais merecem? -----

Refira-se que defendemos o aumento dos apoios sociais e o trabalho em rede com as IPSS do Concelho. A falta de critério não nos garante que a parte social receba o que deve numa altura de tanta dificuldade. -----

A Coligação Amar a Terra defende a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----

Aquisição de bens de capital: -----

No que concerne às muito importantes despesas de investimento, aquelas que trazem aumento do nível de vida para as populações e equipamentos sociais necessários, se compararmos com o orçamento de dois mil e treze vimos uma diminuição de seiscentos e trinta e sete mil euros, menos vinte e um por cento. -----

PPI – Principais Rubricas: -----

O Município teve que restringir fortemente os investimentos agora que o endividamento atingiu um nível significativo. -----

Os investimentos mais significativos de dois mil e catorze são o “Edifício Sede da Força Especial de Bombeiros”, a “Recuperação da Igreja do Divino Espírito Santo”, “Arruamentos e Arranjos Urbanísticos”, a “Requalificação do Espaço Envolvente ao Pavilhão Desportivo de Benfica do Ribatejo”, a “Aquisição de habitações com fim Social” e a “Aquisição de Terrenos e Edifícios” com sessenta e oito por cento do total do investimento (um virgula sete milhões de euros). -----

Nada existe para investimentos que permitam atrair novas empresas para o Concelho.

E quase nada para a parte social...-----

Transferências de Capital: -----

As transferências para apoio ao investimento às freguesias do Concelho desaparecem (menos cem por cento). -----

As transferências de capitais previstas para Instituições sem fins Lucrativos prendem-se com a “Construção da Sede do Fazendense” que irá receber cento e cinquenta mil euros. -----

Mais uma vez se vê a ausência de apoios ao investimento às IPSS do Concelho. -----

Saldo Corrente e Saldo Orçamental: -----

Quanto aos Saldos esperamos que seja cumprido o estabelecido no que toca ao saldo corrente que tem sido deficitário nos últimos anos, excepto em duzentos e onze graças a uma receita extraordinária com IMT. Em dois mil e treze tudo aponta para um enorme



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

défice de seis vírgula quatro por cento (zero virgula oito milhões de euros) apesar de estar previsto um superavit de catorze por cento (um virgula cinco milhões de euros). --- Significa tal que se gasta mais em gastos correntes como ordenados, serviços de funcionamento normais, subsídios a clubes e associações do que se recebe. Como tal o Município tem-se vindo a contrair dívida bancária para fazer face a essas despesas. Este não é o caminho da sustentabilidade. -----

Endividamento Bancário: -----

A dívida actualmente existente acarreta aos cofres dos Municípes cerca de oitocentos e dezasseis mil euros anuais de responsabilidade a pagar em dois mil e catorze e muita vai durar durante vinte anos, sendo a média dez anos. Tal significa que o Município paga um valor que daria para fazer o “Edifício Sede da Força Especial de Bombeiros” e a “Requalificação do Espaço Envolvente ao Pavilhão Desportivo de Benfica do Ribatejo” e ainda sobrar dinheiro... -----

Ao contrário do previsto no Orçamento de dois mil e treze a dívida do Município não irá diminuir mas manter-se constante. -----

Propostas do Vereador “Amar a Terra”: -----

Criar o Programa de Apoio Económico às Famílias Carenciadas: programa que devidamente articulado pelos serviços técnicos da Autarquia e a Segurança Social pode significar uma resposta real a famílias necessitadas; -----

Prever uma Parceria Social entre Agricultores e Instituições de Solidariedade Social: há produtos agrícolas que ficam no campo que não reúnem as condições de comercialização de acordo com as normas comunitárias, mas que preenchem todos os requisitos para serem consumidos. Estes produtos agrícolas podem ser destinados às famílias carenciadas e instituições de solidariedade social; -----

Prever a criação do Gabinete Municipal de Apoio aos Comerciantes e Empresas: Esta medida disponibilizará a assessoria necessária, nas diversas áreas possíveis e admissíveis, de forma a apoiar as actividades económicas; -----

Inscrever verbas referentes à Divulgação das Actividades Agrícolas e Económicas do Concelho; -----

Promoção da Redução geral dos Custos de Funcionamento do Município: O Município de Almeirim deve adoptar programas de eficiência, bem como aumentar a agregação de compras públicas com outros Municípios; -----

Disponibilizar Novas Instalações para o Tribunal; -----

Criar o Programa Municipal de Apoio aos Seniores Carenciados: Dar uma resposta social aos problemas do quotidiano dos idosos; veja-se pequenas reparações no lar, a renovação de documentos pessoais ou apoio na compra de medicamentos; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Constituir o Conselho Municipal da Juventude. -----

Face ao que atrás ficou descrito, o Grupo da Coligação “Amar a Terra” PPD/PSD.CDS-PP.MPT na Assembleia Municipal de Almeirim abstém-se nas propostas de Orçamento e Plano da Câmara Municipal de Almeirim para o ano de dois mil e catorze.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao último ponto da Ordem de trabalhos.-----

PONTO TRÊS - APRECIAÇÃO, E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AOS CONTRATOS CUJA DESPESA ESTEJA PREVISTA NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO DOIS MIL E CATORZE A DOIS MIL E DEZASSEIS E ORÇAMENTO. (LEI NÚMERO OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO). ---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Pergunto ao Senhor Presidente se pretende fazer alguma intervenção sobre este assunto? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de prestar um esclarecimento sobre este assunto. Este ponto já foi aprovado no anterior. Na prática não foi utilizado. O que está aqui em causa é apenas uma salvaguarda algo que seja a assunção de compromissos que podem passar o ano económico de dois mil e catorze e que estejam no plano plurianual de investimentos. Não está aqui nenhuma autorização genérica. -----
É ago que todas as Câmaras estão a fazer, já o fizemos na CIML. -----

JOSÉ SOUSA GOMES (Grupo ZÉ GOMES) »» Claro que eu vou votar a favor, visto que este assunto foi aprovado quando eu era Presidente da Câmara e Presidente da CIMLT. No entanto, faço questão, se ela for positiva, na acta conste o ponto cinco como assunto a cumprir em todas as situações. Isto para salvaguarda da Assembleia e também do executivo. O ponto cinco, é a obrigatoriedade de trazer às sessões ordinárias da Assembleia a lista das deliberações que vierem a ser realizadas. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos. Sobre este ponto, o esclarecimento do Senhor Presidente foi suficiente, contudo o documento refere-se a uma autorização genérica, e por uma questão de princípio, e creio que todos temos a consciência que a aprovação deste documento, a Assembleia Municipal abdica da sua função fiscalizadora. Para um órgão cuja missão é exactamente essa, pode-se dizer que não é muito simpático. Contudo, queremos acreditar que esta autorização será utilizada com rigor e transparência, e nesse sentido o nosso voto irá ser o da abstenção.

GIUSTAVO COSTA (Grupo do PS) »» Depois das explicações de Senhor Presidente da Câmara, e como também é esse o nosso entendimento sobre esta proposta, dizer que a bancada do PS irá votar favoravelmente. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de prestar duas informações. Este pedido de autorização genérica também foi aprovado na Câmara e, ainda hoje tivemos uma outra reunião, que foi a última do Executivo deste ano e, o que aconteceu é que foi apenas utilizado tendo em conta que não fazia grande sentido haver autorizações de cabimentos prévios, sendo que depois passava de ano económico. Portanto, utilizamos apenas na Câmara de dois mil e treze, no final do ano. Isto para dizer que a capacidade fiscalizadora da Assembleia estará sempre garantida. O que acontecer em termos de assunção de compromissos plurianuais do que está no Plano é para a assembleia apreciar. -----

----- * **Votação do ponto três da Ordem de Trabalhos** – Aprovado por maioria e minuta a proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos contratos cuja Despesa esteja Prevista no Plano Plurianual de Investimento 2014/2016 e Orçamento, com vinte votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo do Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e um do Grupo Zé Gomes. Três abstenções do Grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo inscrições para intervenções no período do público, aproveito para vos desejar a continuação de boas festas. -----
Boa noite. -----

Às vinte e três horas e cinquenta e seis minutos do dia trinta do mês de Dezembro de dois mil e treze, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
